

A NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL PREVISTA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

The procedure negotiation from the new Civil Procedure Code

Camila de Souza Rodrigues¹

Resumo: O artigo em questão tem por objetivo o estudo da cláusula geral de negociação processual prevista no art. 190 do Novo Código de Processo Civil, desde a sua inclusão no projeto 8.046/2010 na Câmara dos Deputados oriundo do art. 189 do projeto de Lei 166/2010 do Senado Federal, até a sua aplicação prática, seus limites e a função do órgão jurisdicional e das partes flexibilização do procedimento processual. Objetivou-se ainda analisar o calendário processual, instituto materializador da eficiência dos “acordos processuais”, previsto no art. 191 também do Novo Código de Processo Civil.

Palavras Chave: Cláusula Geral - Negociação Processual - flexibilização procedimental – calendário processual

Abstract: The purpose of this article is to study the general clause of procedural negotiation provided for in art. 190 of the New Code of Civil Procedure, since its inclusion in the project 8.046 / 2010 in the House of Representatives from art. 189 of Bill 166/2010 of the Federal Senate, until its practical application, its limits and the function of the jurisdictional body and of the parties flexibilization of the procedural procedure. The objective was also to analyze the procedural calendar, a materializing institute of the efficiency of the "procedural agreements", foreseen in art. 191 also of the New Code of Civil Procedure.

Keywords: General Clause - Procedural Negotiation - procedural flexibility - procedural calendar

1. INTRODUÇÃO

1 Mestranda em Direito em Relações Econômicas e Sociais pela Faculdade de Direito Milton Campos. Pós graduada em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais. Graduada em Direito Pela Faculdade de Direito Milton Campos.

O presente artigo busca primeiramente analisar a origem da cláusula geral de negociação processual no nosso ordenamento jurídico. Este estudo inicia-se no projeto de lei nº 8.046 de 2010 oriundo do senado federal (Projeto de lei 166 de 2010), quando foi o tema foi inserido no Novo Código de Processo Civil, na ocasião foi informado pelo Deputado Relator Sérgio Barradas Carneiro a intenção de incluir o presente instituto no novo CPC em meados de 2011.

Pretendeu-se ainda analisar a versão original do art. 190 do Novo Código de Processo Civil suas mudanças até a sanção da lei 13.105 de 2015. O instituto em estudo já existia em outros países como França e Itália muito antes de fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro.

Há ainda a intenção de demonstrar e listar alguns os negócios jurídicos típicos previstos no NCPC e os negócios jurídicos atípicos, nova modalidade do art. 190 do NCPC, no segundo caso apenas algumas das inúmeras convenções que podem ser feitas.

Além do mais apresenta-se os principais aspectos do calendário judicial, outra inovação prevista no NCPC que serve para organização as convenções feitas pelas partes como será exemplificado, instituto que nada mais é que um negócio jurídico processual, porém de caráter plurilateral, vez que vincula todas as partes e o juiz.

Importante se faz entender quais são as questões de flexibilização procedimental, tendentes a ampliar poderes das partes para adequar os ordenamentos as situações que os casos concretos exigem, além de quais são os princípios norteadores dessa gestão compartilhada do procedimento, como o princípio da cooperação e os fundamentos construtores do instituto pautados na autonomia privada.

Logo após será demonstrado possíveis limites das cláusulas gerais de negociação processual com os enunciados do II Encontro de Jovens Processualistas e o III Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Civis, este sob a coordenação dos professores Fredie Didier Jr, Cássio Scarpinella Bueno e Ronaldo Cramer, assentando um grupo de enunciados relacionados ao assunto “Negócios Jurídicos Processuais” para colaborar com a definição desses limites.

Por fim foram colecionadas algumas jurisprudências para entendermos o disposto no art.190, ou melhor, os negócios jurídicos processuais na prática. Ainda não temos muitas jurisprudências sobre o tema, vez que o novo Código de Processo civil é de 2015 e tem muito pouco tempo.

Concluiu-se então que o novo CPC pretendeu dar maior autonomia as partes, e especificamente em seu art. 190 que previu a possibilidade das partes convencionarem em matéria processual e assim melhorar a tutela dos direitos, vez que as partes poderão, sempre que quiserem adequar o procedimento as necessidades de cada conflito, possibilitando assim uma visão mais democrática do processo e conseqüentemente ampliando o diálogo e a interação entre as partes.

Para a elaboração da pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e legislativa, com estudos elaborados com base na doutrina especializada e na legislação atual.

A metodologia empregada na elaboração da pesquisa constitui-se em um trabalho desenvolvido por meio de pesquisa do tipo bibliográfica, com estudos elaborados com base em doutrina especializada e na legislação vigente. Além de um estudo descritivo e analítico, desenvolvido por meio de pesquisa teórica quanto ao tipo, de natureza qualitativa e, no tocante aos objetivos, descritiva e exploratória.

2. CLÁUSULA GERAL DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL PREVISTA NO NOVO CPC

O Novo Código de Processo civil, lei 13.105 de 2015 trouxe várias inovações, dentre elas está a cláusula geral de negociação processual prevista no art.190, livro IV, que trata dos atos processuais. Por uma simples análise nas inovações podemos perceber que o novo código processual é cooperativo e tem origens na Revolução francesa.

Com o pensamento liberal sobreveio a concepção de bem-estar social, inspirador de muitas constituições. Dentre os direitos dele decorrentes está a atual concepção de autonomia das partes, autonomia da vontade, e hoje autonomia

privada, diretamente ligada à dignidade da pessoa humana e a ordem econômica do Estado Brasileiro. Vejamos o que disciplina Greco:

“O processo judicial não é apenas coisa das partes, são elas as destinatárias da tutela jurisdicional e são os seus interesses que a decisão judicial diretamente atinge, e, através deles, os seus fins últimos, embora remotos e abstratos, de tutela do interesse geral da coletividade, do bem comum e da paz social. [...] Entre esses atos de disposição, encontram-se as convenções das partes, assim entendidos todos os atos bilaterais praticados no curso do processo ou para nele produzirem efeitos, que dispõem sobre questões do processo, subtraindo-as da apreciação judicial ou condicionando o conteúdo de decisões judiciais subsequentes. O que caracteriza as convenções processuais ou é a sede do ato – ato integrante da relação processual, praticado no processo -, ou é a sua finalidade de produzir efeitos em determinado processo, presente ou futuro. (GRECO, 2007, p. 08)”

A lei 13.105 de 2015 amplia expressivamente o rol dos negócios processuais típicos, quais sejam: a instituição do juízo arbitral (art. 42); a eleição convencional do foro (art. 63); a fixação de calendário processual entre o juiz e as partes (art. 191); a anuência das partes para que o juiz reduza os prazos peremptórios (art. 222, § 1º); a renúncia da parte ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor (art. 225); a suspensão do processo pela convenção das partes (arts. 313, II, e 922, caput); a delimitação consensual das questões de fato e de direito (art. 357, § 2º); o adiamento da audiência por convenção das partes (art. 362, I); a convenção sobre o prazo das alegações finais na hipótese de litisconsórcio (art. 364, § 1º); a distribuição diversa do ônus da prova por convenção das partes, antes ou durante o processo (art. 373, §§ 3º e 4º); a escolha consensual do perito (art. 471); a convenção sobre a liquidação por arbitramento da sentença (art. 509, I).

Daí a ideia de buscar a efetividade do processo dando mais autonomia as partes, para em alguns casos acordarem sobre procedimentos processuais, além de ser um instrumento valioso para a construção de um processo civil mais democrático. O art. 190 do NCPC prevê o negócio jurídico atípico. Vejamos o que dispõe o referido artigo:

Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade

O artigo foi inserido no projeto de lei 8046/2010, oriundo do senado federal (Projeto de lei 166 de 2010), pelo relator do projeto, deputado Sérgio Barradas Carneiro. Ele fundamentou que o novo CPC deveria conter um mecanismo para incentivar o protagonismo das partes da ação, o que na ocasião chamou de “acordo de procedimentos”, instituto já existente na Itália e na França.

No anteprojeto do Novo CPC que tramitou no senado, mais especificamente no art.107 do projeto de Lei 166/2010 em seu inciso V permitia amplamente a adaptação do procedimento pelo juiz desde que se observasse o contraditório. Porém essa versão foi muito criticada por juristas e doutrinadores, por essa razão foi retirado e não constou do substitutivo aprovado no senado.

Houve então uma grande alteração em seu enunciado, passou-se a admitir a adaptação procedimental, mas deixando de se estabelecer como resultado de ato unilateral dos magistrados, mas como resultado do consenso entre as partes e o julgador.

Acreditava-se na época que a inclusão deste artigo faria com que as partes decidissem consensualmente etapas do processo, como a escolha do perito e o prazo para realização da perícia, a definição dos depoimentos das testemunhas, entre outras, e o juiz teria a função de arbitrar e cumprir o acordo feito pelas partes, ampliando assim a importância do jurisdicionado e incentivando a cidadania processual, vez que as partes participariam mais efetivamente no processo.

Porém desde a sua inclusão o art.190 passou por algumas alterações até chegar na forma que temos hoje. Inicialmente estava presente no projeto de lei 166/10 do senado federal na versão:

Art. 189. Versando a causa sobre direitos que admitam auto composição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

§ 1º De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

§ 2º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

§ 3º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

§ 4º De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou inserção abusiva em contrato de adesão ou no qual alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

O artigo acima, trazia a cláusula geral de negociação processual juntamente com o calendário processual, isto foi alterado e na versão final foi feita a separação dos institutos, dispondo o art. 190 do NCPC sobre a Cláusula Geral de negociação processual e o art. 191 do NCPC do calendário processual.

A cláusula geral de negociação processual nada mais é que um negócio jurídico processual, ou seja, um acordo de procedimento entre as partes quando a causa versar sobre direitos que admitem autocomposição, desde que as partes sejam plenamente capazes.

Com a inclusão desta cláusula no nosso ordenamento jurídico proporcionou as partes um maior diálogo com o julgador, conferindo-lhes sempre que necessário, nos limites traçados do próprio sistema a possibilidade de adaptar o procedimento para adequá-los a vontade das partes e as exigências específicas dos litígios.

Os acordos processuais são muito polêmicos porque concedem ampla liberdade as partes para acordarem quanto a formalidade processual.

O professor Fredie Didier dá alguns exemplos de negócios processuais atípicos, vejamos:

“Podem ser acordado pelas partes: acordo de impenhorabilidade, acordo de instância única, acordo de ampliação ou redução de prazos, acordo para superação de preclusão, acordo de substituição de bem penhorado, acordo de rateio de despesas processuais, dispensa processual de assistente técnico, acordo para retirar o efeito suspensivo da apelação, acordo para não promover execução provisória, acordo para dispensa de caução em execução provisória, acordo para limitar o número de testemunhas, acordo para autorizar intervenção de terceiros fora das hipóteses legais, etc.”(FREDIE DIDIER 2011 pág. 101)

Essa Cláusula é considerada atípica, pois não existe a prévia estipulação do que pode ser negociado entre as partes, como também não são identificados os direitos, os ônus, as faculdades e os deveres que poderiam ser convencionados. O

legislador também não previu o alcance nem os limites desses negócios jurídicos processuais.

Logo após a lei ser sancionada já surgiram diversos enunciados tentando limitar o alcance desta Cláusula, vez que existem princípios constitucionais que não podem ser desobedecidos.

É facultado ao litigante, por força da cláusula geral de negociação processual optar por determinados procedimentos quando a ordem jurídica assim o permite, mas se admite expressamente uma livre disciplina, de natureza convencional, sobre como a causa deve ser processada.

Esses negócios jurídicos processuais vão ao encontro da ideia de favorecer e prestigiar as soluções de controvérsias em si ou ao menos disciplinarem sobre a forma da prática de seus direitos processuais e até mesmo dispor conforme o caso.

Sobre a homologação dos acordos processuais verifica-se que esta tem natureza excepcional e é necessária apenas quando houver expressamente sua existência. Apenas quando a lei exigir prévia homologação judicial é que os efeitos não serão meditados.

Em análise ao dispositivo do art. 190§ único, conclui-se que o controle dos acordos processuais, feito pelo juiz, é feito a posteriori, quando exista vícios de inexistência ou invalidade. Em caso que não existam vícios e não descumpram outras normas constitucionais, processuais ou os enunciados os juízes não poderão negar a aplicação das normas acordadas.

A Lei 13.105 de 2015 além de inovar com a nova possibilidade de convenção processual nos trouxe também um novo princípio, que podemos chama-lo de princípio do respeito ao auto regramento da vontade das partes no processo conforme asseverado por Humberto Ávila em sua obra.

Este princípio prevê que as vontades das partes devem ser observadas pelo juiz como regra geral, uma vez que o negócio entre as partes possui eficácia imediata e independe de homologação judicial, sendo possível tal controle apenas a posteriori e apenas para o reconhecimento de possíveis defeitos relacionados ao plano de validade e existência da norma convencional.

Com o referido instituto o Legislados reconheceu que as partes são as efetivas titulares de determinadas situações processuais e por esta razão, ampliou

seus poderes de regulamentação, buscando a melhor efetividade/ praticidade ao andamento processual.

Não se sabe ainda o que isso pode causar ao nosso ordenamento, nem os limites dessas convenções, nem ao menos se o instituto desrespeita o devido processo legal e outros princípios processuais, vez que isto está sendo buscado por vários estudiosos e processualistas.

O que se sabe é que é um moderno passo para o direito processual brasileiro e muito diferente do que o nosso ordenamento sempre dispôs, mas como toda inovação, torcemos para que seja útil e traga maior eficácia aos negócios jurídicos processuais.

Conclui-se então, que este novo instituto tem o condão de melhorar a tutelar dos direitos materiais envolvidos no processo, pois os envolvidos poderão se adequar ao melhor procedimento para solucionar os conflitos, além de permitir uma visão bem mais democrática do processo, ampliando assim o diálogo e a interação entre as partes.

3. O CALENDARIO PROCESSUAL PREVISTO NO ART 191 DO NCP

Conforme já citado assim, o instituto do calendário processual está previsto no art. 191 do Novo Código de processo civil, também no livro IV, que trata dos atos processuais. O referido instituto em sua versão inicial estava no mesmo artigo da Cláusula geral de negociação processual, porém na sua forma final eles foram separados.

Mesmo sendo separados o calendário judicial não existe sem as negociações processuais vez que organiza as convenções feitas por juízes e partes.

O calendário processual é um agendamento dos atos processuais, tendo em vista que, de comum acordo, juízes e partes, poderão fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso. Vejamos o que dispõe o art.

Art. 191. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
§ 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

§ 2º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

As possibilidades são inúmeras, podendo ocorrer, por exemplo, como a definição de uma data para a realização de uma perícia, ou através da escolha de uma data para ouvir as testemunhas do processo ou até mesmo uma data para proferir uma sentença.

O objetivo do dispositivo é proporcionar uma melhor gestão processual e adaptação do procedimento as particularidades de cada causa e que com isso o processo possa produzir resultados mais eficientes.

O Calendário processual nada mais é que um negócio jurídico processual, porém de caráter plurilateral, vez que vincula todas as partes e o juiz, sendo que, quando fixado calendário judicial todas as partes envolvidas e o juiz ficam obrigados ao cumprimento das datas e estas só podem ser modificadas em situações excepcionais com fundamentação.

A intenção do instituto é proporcionar maior efetividade aos processos, além de e acelerar o andamento processual e até mesmo economizar alguns recursos, pois com o calendário fica dispensada a intimação para que a parte pratique algum ato, vez que a data já foi acordada inicialmente.

Assim, o referido instituto além de facilitar para os advogados que já saberão a priori as datas em que deverão praticar atos processuais, também diminui o trabalho dos servidores da justiça como escrivão e oficiais de justiça, além de acelerar muito o andamento processual.

4. POSSÍVEIS LIMITES DAS NEGOCIAÇÕES PROCESSUAIS

A grande preocupação dos juristas é quais seriam os limites dessas negociações?? Até que ponto as partes podem acordar e dispor de seus direitos?? Diversas são as dúvidas a respeito da limitação destes institutos.

Em razão das dúvidas sobre os possíveis limites o Instituto Brasileiro de Direito Processual realizou o II Encontro de Jovens Processualistas e o III Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Civis, este sob a coordenação dos professores Fredie Didier Jr, Cássio Scarpinella Bueno e Ronaldo Cramer,

assentando um grupo de enunciados relacionados ao assunto “Negócios Jurídicos Processuais” para colaborar com a definição desses limites.

À época das reuniões, o dispositivo ora analisado, apesar de possuir a mesma redação, possuía numeração distinta (art. 191).

Vejamos esses enunciados do segundo encontro de jovens processualistas:

06. O negócio jurídico processual não pode afastar os deveres inerentes à boa-fé e à cooperação.

16. O controle dos requisitos objetivos e subjetivos de validade da convenção de procedimento deve ser conjugado com a regra segundo a qual não há invalidade do ato sem prejuízo. (Grupo: Negócio Processual).

17. As partes podem, no negócio processual, estabelecer outros deveres e sanções para o caso do descumprimento da convenção. (Grupo: Negócio Processual; redação revista no III FPPC-Rio)

18. Há indício de vulnerabilidade quando a parte celebra acordo de procedimento sem assistência técnico-jurídica. (Grupo: Negócio Processual)

19. São admissíveis os seguintes negócios processuais, dentre outros: pacto de impenhorabilidade, acordo de ampliação de prazos das partes de qualquer natureza, acordo de rateio de despesas processuais, dispensa consensual de assistente técnico, acordo para retirar o efeito suspensivo da apelação, acordo para não promover execução provisória. (Grupo: Negócio Processual; redação revista no III FPPC-Rio)

20. Não são admissíveis os seguintes negócios bilaterais, dentre outros: acordo para modificação da competência absoluta, acordo para supressão da 1ª instância. (Grupo: Negócio Processual)

21. São admissíveis os seguintes negócios, dentre outros: acordo para realização de sustentação oral, acordo para ampliação do tempo de sustentação oral, julgamento antecipado da lide convencional, convenção sobre prova, redução de prazos processuais. (Grupo: Negócio Processual; redação revista no III FPPC-Rio).

Vejamos enunciados do III Encontro do Fórum permanente de processualistas civis:

131. aplica-se ao processo do trabalho o disposto no art.

191 no que se refere à flexibilidade do procedimento por proposta das partes, inclusive quanto aos prazos. (Grupo: Impacto do CPC no Processo do Trabalho).

132. Além dos defeitos processuais, os vícios da vontade e os vícios sociais podem dar ensejo à invalidação dos negócios jurídicos atípicos do art. 191. (Grupo: Negócios Processuais).

RODRIGUES, Camila de Souza. A Negociação Processual Prevista No Novo Código De Processo Civil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

133. Salvo nos casos expressamente previstos em lei, os negócios processuais do caput do art. 191 não dependem de homologação judicial. (Grupo: Negócios Processuais).

134. Negócio jurídico processual pode ser invalidado parcialmente. (Grupo: Negócios Processuais).

135. A indisponibilidade do direito material não impede, por si só, a celebração de negócio jurídico processual. (Grupo: Negócios Processuais).

Com a análise de alguns enunciados é possível perceber que não existem limites previamente fixados pelo legislador de modo evidente, pormenorizado e específico.

O artigo que trata da Cláusula geral de negociação processual apenas adverte que os negócios jurídicos processuais devem ter como objeto o ônus, poderes, faculdades e deveres das partes, mas isto é muito amplo, sendo quase impossível encontrar seus limites.

Com certeza o maior problema é desvendar os limites do que será possível e o que será defeso em matéria de negócios jurídicos processuais.

5. ANÁLISE DE ALGUMAS DECISÕES SOBRE O TEMA

A questão prática é sempre mais complicada, vez que são inúmeras as possibilidades de convenções processuais, o instituto é muito amplo, sem limites claros predefinidos.

O que se sabe é que os acordos processuais devem observar sempre os deveres da boa-fé e cooperação observando ainda os princípios constitucionais e processuais. Vejamos algumas jurisprudências a respeito do tema:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. ACORDO PARA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO, COM REALIZAÇÃO DE NOVA AUDIÊNCIA, A PARTIR DA QUAL CORRERIA O PRAZO PARA CONTESTAR. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL VÁLIDO. ART. 190 DO CPC. NÃO OBSTANTE, JUÍZO DE ORIGEM CONDUZIU O PROCESSO AO ARREPIO DO ACORDADO PELAS PARTES, EM INEQUÍVOCO PREJUÍZO À RÉ S&K, CUJO PRAZO CONTESTACIONAL FOI TOLHIDO. ERROR IN PROCEDENDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. DERAM PROVIMENTO AO APELO DA RÉ S & K PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., RESTANDO PREJUDICADO O RECURSO DA PARTE AUTORA. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70075492462,

RODRIGUES, Camila de Souza. A Negociação Processual Prevista No Novo Código De Processo Civil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 26/10/2017).
(TJ-RS - AC: 70075492462 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 26/10/2017, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/11/2017)

No caso acima foi feito acordo em audiência, onde os conciliandos manifestaram interesse em nova tentativa de conciliação, que seria reagendada e o prazo para contestação apenas correria a partir da data da nova audiência.

Ela faculdade prevista no art.190 do NCPC as partes acordaram sobre a realização de nova audiência de conciliação, ou seja, firmaram acordo processual a fim de adaptar o procedimento as especificações do caso.

Plenamente válido o acordo firmado pelas partes para nova tentativa de conciliação, correndo o prazo da contestação a partir dessa audiência. Ocorre que tal segunda audiência não foi marcada e o processo tramitou sem observância ao definido na primeira audiência de conciliação, violando assim o negócio processual válido estabelecidos pelas partes em juízo. Assim foi

proferida sentença sem realização de nova audiência e todo procedimento como se a Ré fosse Revel, porém seu prazo para contestar se quer havia começado a contar. Por essa razão

concluiu-se que tal nulidade causou prejuízo a Ré e foi decretada a nulidade da sentença, devido ao cerceamento de defesa. A sentença foi

desconstituída e os autos retornados a origem para realização de nova audiência de conciliação e somente correndo o prazo para apresentação da contestação a partir desta segunda solenidade, conforme foi acordado inicialmente pelas partes.

Vejamos outro caso do Tribunal de Justiça de São Paulo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO MONITÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Intimação para os fins do artigo 475-J do CPC/1973 – Ré executada sem advogado constituído nos autos – INTIMAÇÃO PESSOAL – DESNECESSÁRIO – Partes que estipularam mudança no procedimento para ajustá-lo a especificidade da demanda – NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL PREVISTO NO CPC/2015 – CABIMENTO - Intimações a serem realizadas no endereço declinado, ficando autorizado o recebimento de intimação por quaisquer terceiros que nele se encontrem. AUTOCOMPOSIÇÃO E CAPACIDADE PLENA DAS PARTES. DISPONIBILIDADE DOS INTERESSES A PERMITIR O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSAL - Inteligência do

RODRIGUES, Camila de Souza. A Negociação Processual Prevista No Novo Código De Processo Civil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

art. 190, do CPC/2015. DECISÃO AGRAVADA REFORMA. AGRAVO PROVIDO. (TJ-SP - AI: 20457538720168260000 SP 2045753-87.2016.8.26.0000, Relator: Luis Fernando Nishi, Data de Julgamento: 22/09/2016, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2016).

Nada obstante a necessidade de intimação pessoal do devedor, para cumprimento voluntário do julgado, nos termos do artigo 475-J do CPC/73, no caso dos autos, as partes convencionaram que, eventuais intimações devem ser realizadas no endereço declinado na transação, ficando autorizado o recebimento por quaisquer terceiros que se encontrem no referido endereço. Ou seja, estipularam mudança no procedimento para ajustá-la a especificidade da demanda.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, desnecessário a intimação pessoal, devendo prevalecer o convencionado em contrato, ou seja, as intimações devem ser realizadas no endereço declinado no acordo pactuado, ficando autorizado o recebimento de intimação por quaisquer terceiros que se encontrem". Mais uma vez as convenções processuais foram declaradas validas e foi dado provimento ao Agravo acima.

As possibilidades de convenções processuais são inúmeras, sendo impossível prever tudo o que pode ser convencionado pelas partes e quais os limites dessas convenções como foi visto no capítulo anterior, as partes só devem ter bom senso e não desrespeitar os princípios constitucionais e processuais, além de agirem sempre com boa-fé e cooperação.

4.CONCLUSÃO

A sociedade desde sempre vem buscando a pacificação social, pretendendo sempre garantir, dentre outros direitos e garantias, a dignidade da pessoa humana.

A constituição Federal de 1988 trouxe para o ordenamento brasileiro uma perspectiva mais democrática, reforçando a intenção do poder público em efetivar a paz social.

Porém, para atingir a paz social, muitas vezes, é imprescindível demandar em juízo. Assim, a dignidade, tanto na vida comum, quanto no âmbito processual se torna um elemento basilar, garantido se verificados três pilares básicos: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Própria dos contratos entre particulares, a cooperação e a autonomia das partes passam a ser exigidas com mais rigidez pelo novo diploma, tendo em vista a permissão para negociar o processo.

Mesmo com toda esta liberdade proporcionada pelo NCPC às partes é necessário preparar o ordenamento jurídico a fim de que direitos não venham a lesar a justiça e, portanto, a dignidade dos sujeitos processuais.

As partes e os julgadores precisam ter em mente que há algumas garantias, inclusive de índole constitucional, que, obviamente, não são passíveis de pactuação, seja em processo arbitral, seja em processo judicial, regido pelo novo código.

Nos negócios jurídicos processuais não se pode estabelecer regras que eliminem, por exemplo, garantias constitucionais; mas é lícito estabelecer alterações procedimentais, desde que não ofendam aquelas garantias.

Pode concluir então que a Cláusula Geral de Negociação processual é perfeitamente vantajosa para a eficácia processual a elaboração de procedimentos pelas partes, independente se há ou não direito indisponível, não tirando do Estado seu domínio fiscalizatório e protetivo, impondo às partes, juízes e cartórios diminuição de atos procedimentais e dando-lhes maior velocidade processual.

RODRIGUES, Camila de Souza. A Negociação Processual Prevista No Novo Código De Processo Civil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

6. REFERENCIAS

ABREU, Rafael Sirangelo de. A igualdade e os negócios processuais. DIDIER JUNIOR, Fredie (Coord. Geral); CABRAL, Antônio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa Negócios Processuais: Coleção Grandes Temas do Novo CPC. v. I, Salvador: Jus PODIVM, 2015, p. 193-211.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional contemporâneo: Os Conceitos Fundamentais e a construção de um novo modelo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BAUR, Fritz. Transformações do processo civil em nosso tempo. Revista Brasileira de Direito Processual - RBDPro, Belo Horizonte, ano 15, n. 59, p. 111-122, 2007.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e processo: influência do direito material sobre o direito processual. São Paulo: Malheiros, 1995.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução de Maria Celeste C. J.Santos. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BRASIL. Código Civil. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

BRASIL. Constituição de 1988.

CABRAL, Antônio do Passo. Nulidades no processo moderno: contraditório, proteção da confiança e validade *prima facie* dos atos processuais, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CABRAL, Antônio do Passo; DIDIER, Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 1. Negócios Processuais, 2015.

CAPONI, Remo. Autonomia privada e processo civil. Trad. Pedro Gomes de Queiroz. Revista Eletrônica de Direito Processual, V. XIII, 2014, p. 733-749.

CARTA DE VITÓRIA. In: Fórum Permanente de Processualistas Civis. Belo Horizonte,

RODRIGUES, Camila de Souza. A Negociação Processual Prevista No Novo Código De Processo Civil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

2015. Disponível em <http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>. Acesso: 30 outubro 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Sobre dois importantes, e esquecidos, princípios do processo: Adequação e adaptabilidade do procedimento. Salvador: JusPODIVM, 2010. Disponível em:http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Fredie%20Didier_3_-%20formatado.pdf. Acesso em 25 nov 2017.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 3. ed. v. 1 e 2. São Paulo: Malheiros, 2003.

FAZZALARI, Elio. Instituições de direito processual. Campinas: Bookseller, 2006.

GODINHO, Robson Renault. A autonomia das partes no projeto de Código de Processo Civil. In: DIDIER JUNIOR (Coord.). Novas Tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. v. III, Salvador: JusPODIVM, 2014, p. 557-590.

GRECO, Leonardo. Os atos de disposição processual: primeiras reflexões. Revista *Quaestio Iuris*. v. 4, n. 1, 2008, p. 720-746.

MARTINS-COSTA, Judith. O direito privado como um “sistema em construção”. Revista Brasileira de Informação Legislativa. Brasília, ano 35, n. 139, jul. set. 1998.